

DOI: 10.20911/21799024v14n1p137/2023

Voltar à Tradição: A opção pelos pobres nos Padres da Igreja

Joaquim Jocélio de Sousa Costa ¹

Resumo: São muitos que em nossos dias desejam uma verdadeira volta à Tradição da Igreja. O objetivo do presente artigo é explicitar, a partir dos Santos Padres, que a opção pelos pobres é questão constitutiva e fundamental da Tradição da Igreja e que, portanto, a verdadeira volta à Tradição só acontecerá por meio de uma volta aos pobres. Tal ponto é, infelizmente, negligenciado por aqueles que mais pedem essa volta à Tradição. Isso porque, em última instância, o que querem é mais uma volta às tradições disciplinares e rituais do que uma volta à Tradição propriamente. O artigo trata num primeiro momento da problemática Tradição e tradições, especialmente a partir de Yves Congar; num segundo momento trata da opção pelos pobres nos Padres Gregos e nos Padres Latinos. É urgente voltar à Tradição voltando aos pobres.

Palavras-chave: Volta; Tradição; Padres da Igreja; Pobres.

Abstract: There are many who today want a true return to the Tradition of the Church. The purpose of this article is to explain, from the Holy Fathers, that the option for the poor is a constitutive and fundamental issue of the Tradition of the Church and that, therefore, the true return to Tradition will only happen through a return to the poor. This point is, unfortunately, neglected by those who most ask for this return to Tradition. That's because, ultimately, what they want is more a return to disciplinary and ritual traditions than a return to Tradition itself. The article deals at first with the problematic Tradition and traditions, especially from Yves Congar; in a second moment it deals with the option for the poor in

¹ Graduado em filosofia e teologia pela Faculdade Católica de Fortaleza. Seminarista no período de Síntese na Paróquia Nossa Senhora da Boa Viagem, Itaipaba-Ce; Diocese de Limoeiro do Norte-Ce.

the Greek Fathers and in the Latin Fathers. It is urgent to return to Tradition by returning to the poor.

Keywords: Return; Tradition; Church Fathers; Poor.

Introdução

Todos os grupos humanos têm tendências mais conservadoras e mais progressistas, tentativas de manutenção dos costumes e tentativas de adaptação para melhor responder à realidade. Ambos os movimentos procuram preservar o essencial, mas um acredita que essa preservação se dá não alterando nada em sua estrutura; já outro acredita que é preciso mudar para salvar o essencial. Com a Igreja não foi diferente. Inclusive, paradoxalmente, os movimentos mais renovadores na sua história, sempre desejaram uma “volta às fontes”, pois lá no início está o essencial. Hoje continua muito presente na Igreja esse desejo. Contudo, a ideia de “volta à Tradição” não pode ser entendida como simples retorno a algo do passado, pois a Tradição, como melhor veremos à frente, é algo vivo e presente. Esse “voltar” tem muito mais o sentido de “aderir” à Tradição, ou seja, assumi-la de forma consequente.

Assim, é preciso se perguntar se aquilo que entendemos por Tradição corresponde mesmo ao que é essencial da fé cristã e se também não estamos deixando de fora do debate pontos realmente fundamentais. Com este artigo, desejamos defender essa volta à Tradição da Igreja a partir de um ponto fundamental: a opção pelos pobres. Faremos isso a partir dos Padres da Igreja, afinal, “os ensinamentos dos Santos Padres são testemunhos da presença desta Tradição vivificadora, cuja riqueza alimenta, na prática, a vida da Igreja orante e fiel” (DV, n 8). Eles são as grandes testemunhas da autêntica Tradição da Igreja e, como veremos, existe neles uma profunda opção pelos pobres que nos mostra o que é essencial à fé.

Num primeiro tópico, trataremos brevemente sobre a problemática da Tradição e para isso nos ajudará a reflexão feita por Yves Congar em sua obra *A Tradição e as tradições Vol. I e II*; trataremos da distinção entre Tradição e tradições, da compreensão atual de volta à Tradição e dos Padres da Igreja como autênticas testemunhas da Tradição. Em um segundo tópico, contextualizaremos historicamente os Santos Padres e exporemos sua reflexão teológica sobre diversas questões sociais, primeiro os Padres Gregos e depois os Padres Latinos. Procuramos mostrar como a opção pelos pobres é constitutiva da Tradição da Igreja, faz parte do que ela é e, portanto, uma verdadeira volta à Tradição só pode ser uma real volta aos pobres.

1 A Tradição da Igreja

O Concílio Vaticano II, em sua constituição *Dei Verbum* sobre a Revelação, nos fala de Tradição nos seguintes termos: “Aos apóstolos foi, na realidade,

transmitido tudo que contribui para que o povo de Deus leve uma vida santa e cresça na fé. Assim, a Igreja, na sua doutrina, na sua vida e no seu culto, perpetua e transmite a todas as gerações tudo que é e tudo em que crê” (DV, n 8). Assim, a Tradição consiste na transmissão daquilo que é fundamental e essencial da fé; trata-se de transmitir o que Deus revelou ao seu povo de si mesmo e seu desígnio salvífico. Ele que libertou o povo da escravidão, o instruiu pelos profetas, o acompanhou em sua história e se manifestou plenamente em Jesus de Nazaré, cuja vida e ensinamentos foram transmitidos a seus discípulos. Assim, “a tradição não se define primeiramente por um objeto material particular, mas pelo ato de transmitir” (CONGAR, 1964b, p. 117). Contudo, é preciso nos ater ao que é transmitido, ao que faz parte da Revelação. Desse modo, “certa distinção e vocabulário tendem a fazer-se clássicos na teologia católica: a distinção entre a Tradição e as tradições” (CONGAR, 1964b, p. 78). Vamos compreender melhor essa distinção e avaliar se o que se pede hoje é uma autêntica volta ao essencial ou se estamos esquecendo o que é de fato fundamental.

1.1 A Tradição e as tradições

A Igreja, em sua tradição teológica, costumou distinguir a Tradição (singular e letra inicial maiúscula) das tradições (plural e letra inicial minúscula). Como explica Congar, quando se fala de tradições, “se trata de determinações que são normativas em condições que haverá que precisar e que não estão contidas formalmente nas Escrituras canônicas... Podem ser permanentes ou transitórias... Concernem principalmente ao culto e a disciplina” (CONGAR, 1964b, p. 78-79). Já a Tradição se refere ao menos a três aspectos: 1) a transmissão de todo o Evangelho; 2) distinção entre o Evangelho e sua interpretação e sentido; 3) como essa interpretação ou leitura foram desenvolvidos e formulados em testemunhos fixos: liturgia, costumes, artes etc. (Cf. CONGAR, 1964b, p. 79-80).

Como vemos, a Tradição está ligada ao coração do Evangelho, aquilo que é o mais essencial e fundamental da vida da Igreja. As tradições trazem aspectos importantes da fé, mas podem ser transitórias, ou seja, mudadas, porque, embora se liguem a aspectos fundamentais da fé, não se identificam com eles. As tradições são formas de procurar, em um dado tempo e lugar, transmitir fielmente a Tradição, respondendo aos “sinais dos tempos” (Mt 16,3; cf. Lc 12,56). O que não significa que são imutáveis. “A Tradição não é, pois, só uma recordação, supõe, além disso, um aprofundamento espiritual; não só guarda no espírito, sim no coração aquele que conserva e no que medita amorosamente (Cf. Lc 2,19.51); não é só fidelidade em recordar, é também fidelidade de adesão vivente” (CONGAR, 1964a, p. 35).

A compreensão de Tradição não pode ser estática, pois mesmo que a Revelação já tenha se dado, sua compreensão sempre cresce mais ao longo da história. “A Tradição dos apóstolos, graças à assistência do Espírito Santo, desenvolve-se na Igreja” (DV, n 8). Mas será que em vez de preservar a Tradição, não a estaremos sacrificando ao defendermos tradições que já não expressam

tão bem o essencial da fé? Não estaremos esquecendo o que é realmente importante?

1.2 O desejo contemporâneo de volta à Tradição

No século passado, se deu um dos eventos mais importantes da Igreja nos últimos tempos: o Concílio Vaticano II. Foi o 21º Concílio nesses quase dois mil anos de Igreja, mas teve um aspecto diferente dos outros. O Concílio foi uma verdadeira volta às fontes, uma autêntica renovação da Igreja. Contudo, surgiram grupos na Igreja que o viram como uma traição da Tradição. Às vezes de maneira velada, às vezes de maneira escrachada. Para esses grupos, é preciso voltar à Tradição da qual o Concílio se afastou.

Esses grupos querem a volta da missa em latim; vestes antigas, cada vez mais parecidas com roupas imperiais; disciplinas rígidas que veem tudo como pecado; ideia que penitências e sofrimentos agradam a Deus e são sinal de santidade; concepção pessimista do mundo; discursos apologistas da fé como se estivéssemos o tempo todo cercados de inimigos. A visão de Tradição que trazem revelam aquilo que Congar já alertava ao falar de “uma ideia plenamente historicizante e documental, estática e acadêmica, da Tradição, que daria as mãos a uma consideração insuficiente da Igreja vivente” (CONGAR, 1964b, p. 361). Esses grupos defendem aspectos litúrgicos e disciplinares que correspondem às tradições da Igreja que por um tempo até podiam ter respondido bem a transmissão da Tradição, mas hoje não mais. Embora alguns desses costumes talvez nunca tenha sido de fato sinal do Evangelho. Contudo, é preciso entender que

A tradição não implica enrijecimento. O enrijecimento é uma alteração e também um atraso com respeito ao presente... A tradição não é simples permanência de uma forma, é renovação e fecundidade perpétuas segundo a forma dada, asseguradas por um princípio vivo e absoluto de identidade... Desse modo, a tradição é ao mesmo tempo desenvolvimento e transmissão (CONGAR, 1964b, p. 52.55).

Enquanto tantos defendem mais uma volta às tradições litúrgicas e disciplinares antigas que não correspondem aos desafios de hoje, a autêntica Tradição da Igreja acaba sendo negligenciada. E aqui falamos muito claramente de um ponto fundamental da fé: a centralidade dos pobres. Eles são o critério escatológico de nossa participação no Reino de Deus, seremos julgados pelo que fizemos ao caído à beira do caminho (Cf. Lc 10,25-37), se demos aos pobres nossa riqueza para seguir Jesus (Cf. Mc 10,17-27), se servimos ou não a Nosso Senhor nu, faminto, sedento, doente, preso, migrante (Cf. Mt 25,31-46). Por isso, para uma volta à Tradição, é importante olharmos para o testemunho dos Santos Padres, que nos ensinam que os pobres estão no centro da vida da Igreja.

1.3 A Tradição nos Padres da Igreja

Mas quem seriam os Santos Padres? “No sentido estrito, são os autores cristãos da antiguidade, clérigos e leigos, que se distinguiram pela qualidade de sua doutrina, pelo caráter exemplar de vida e pela aprovação posterior da Igreja” (LIÉBAERT, 2013, p. 11). A importância dos Padres da Igreja se dá, dentre tantas razões, pelo vínculo profundo de seus ensinamentos com a Escritura; por suas reflexões que deram os meios para a formulação dos princípios fundamentais da fé promulgados nos primeiros Concílios; por ajudarem a firmar a estrutura básica da liturgia eclesial e da própria organização dos ministérios (Cf. LIÉBAERT, 2013, p. 12-13). Portanto, “os Santos Padres são as testemunhas da Tradição. O seu valor, mais que a sua proximidade dos tempos apostólicos, prende-se ao fato de terem sistematizado em seus escritos a revelação recebida, criada e vivida na Igreja” (LATOURELLE, 1973, p. 392-393). Por isso, podemos falar que “o princípio do consentimento unânime dos Padres como ‘lugar teológico’ seguro é clássico na teologia católica” (CONGAR, 1964b, p. 278).

Para compreender a verdadeira transmissão da Revelação, não há nada mais confiável que verificar o testemunho dos Padres da Igreja. Por isso, Congar fala deles como um dos principais “monumentos da Tradição”. Entendendo “monumento” como “as realidades que têm uma relação com o ensino e tem valor docente” (CONGAR, 1964b, p. 335) para a vida da Igreja. Além dos Santos Padres, Congar cita a Liturgia e as expressões espontâneas do cristianismo (gestos e costumes cristãos) como monumentos da Tradição. Os Padres “permanecem muito em contato com os fundamentos. Sua teologia está completamente centrada no essencial” (CONGAR, 1964b, p. 366). Por isso, recorreremos agora a eles para entendermos melhor como a opção pelos pobres é marca constitutiva da Tradição e como é urgente voltar aos oprimidos para voltarmos ao essencial da fé cristã.

2 A opção pelos pobres nos Padres da Igreja

Na reflexão teológica e práxis pastoral dos Santos Padres se destaca uma profunda preocupação social. Suas ideias “sobre as riquezas supõem um submetimento da vida econômica às exigências da justiça e da comunicação” (BRAVO, 1967, p. 27). Como veremos, para eles, não há separação entre fé e vida, pois a fé diz respeito a viver o Evangelho no contexto e tempo concreto em que estamos. Eles “aplicaram os princípios morais cristãos as circunstâncias sociais de seu tempo. E neste aspecto, sua doutrina é contingente como dependente das ditas circunstâncias” (BRAVO, 1967, p. 22). Por isso, vamos conhecer um pouco essas circunstâncias, ou seja, o contexto em que eles viveram e depois como os Padres Gregos e Latinos desenvolveram sua reflexão social. Não vamos fazer um estudo de nenhum Padre específico, seu contexto particular ou de sua obra citada. Vamos apenas recolher de alguns deles pontos sobre problemática social em alguns de seus escritos (discursos, homilias, cartas etc.) visando explicitar

como o cuidado com os pobres é questão constitutiva de sua doutrina e da Tradição da Igreja.

2.1. Contexto histórico dos Padres

O período da Patrística, ou seja, dos Santos Padres, vai desde o final século I até o século VIII, contudo, para nossa reflexão, optamos por tratar dos Padres do século IV e V. Isso tanto pelo pouco espaço que temos quanto pelo destaque que os Santos Padres deste período tiveram, período também chamado de “Era de ouro” da Patrística. Tal era foi marcada pelo surgimento do monacato, pela separação cada vez mais forte entre Ocidente e Oriente, pelas “invasões bárbaras”, pela organização mais institucional da Igreja dentre outras questões.

Nos séculos II e III, a espiritualidade cristã era marcada profundamente pelos mártires. No século IV, a Igreja deixa de ser perseguida, passa a ser tolerada pelo Império Romano com Constantino (313) e se torna religião oficial do Império com Teodósio (384). A partir de então, a espiritualidade cristã passa a ser marcada pelo monacato (Cf. MATOS, 2009, p. 106). Muitos Santos Padres desse período foram monges antes de serem bispos, alguns até criaram suas próprias regras monásticas. Além disso, “a morte de Teodósio marca o declínio da unidade do Império. Sob seus filhos e sucessores, o Ocidente e o Oriente vão seguir cada qual seu destino” (SPANNEUT, 2002, p. 21). Isso também configura a vida da Igreja, cada vez mais aliada ao Império. Por isso, falamos em Padres Gregos, ou seja, pertencentes a Igreja do Oriente; e Padres Latinos, pertencentes a Igreja do Ocidente.

Nesse tempo, também “o papel do episcopado, frequentemente como função supletiva do poder político deficiente, adquire dimensões novas, para além da vida interna das comunidades cristã” (SPANNEUT, 2002, p. 21). Além disso, se destaca o desenvolvimento da liturgia; o aumento do povo cristão com seus desafios como a falta de fervor, a evangelização do campo, organização das Igrejas locais; surgem controvérsias doutrinárias e heresias como o arianismo, pelagianismo, donatismo etc. (Cf. SPANNEUT, 2002, p. 24-25); “a catequese é longa e aprofundada; a assistência aos pobres, muito bem organizada; o conteúdo teológico e literário da pregação, de primeiríssima ordem” (MATOS, 2009, p. 110).

O movimento monacal surge com santo Antão (+356). Era formado por homens que viviam sozinhos, isolados, rezando, jejuando. Estes eram monges (vivam sós) ou eremitas (viviam nos desertos). Depois começaram a surgir os que viviam em comunidade, os chamados cenobitas. “Diante de uma Igreja que se atrela muitas vezes ao poder, que acumula riquezas, cujos bispos participam de intrigas políticas, enquanto muitos fiéis se acomodam a uma vida ainda meio-pagã, o monacato aparece como um ideal e um modelo de experiência evangélica” (MATOS, 2009, p. 106). Uma resistência a organização eclesial que se consolidava.

A Igreja do Oriente, formada pela Grécia, Ásia Menor, Síria, Palestina e Egito (Cf. MATOS, 2009, p. 114), foi marcada por grandes conflitos teológicos, sobretudo, a heresia ariana. No Oriente, o chamado cesaropapismo, a estreita interferência do império nos assuntos da Igreja, também vai se firmando de maneira bem mais forte que no Ocidente. Até porque, o Império Romano do Oriente ainda vai perdurar por muitos séculos, enquanto, nesse período, o Império Romano do Ocidente vai se desfazendo com as chamadas "invasões bárbaras". O Ocidente que aqui tratamos era formado pela África do Norte, Espanha, Gália, Itália e Ilírico (Cf. MATOS, 2009, p. 114). Contudo, em vez de invasões, seria mais honesto falarmos em retomadas "bárbaras", já que foi o Império Romano que primeiro invadiu os territórios que esses povos chamados bárbaros começaram a retomar no século V.

No Ocidente também acontecem controvérsias teológicas, como a heresia pelagiana que defendia a salvação apenas pelas próprias forças e boas obras; a heresia donatista que exigia uma Igreja de puros, perfeitos e não reconhecia a validade do batismo conferido por ministros considerados pecadores. O papel do papa também vai se consolidando no Ocidente: "Diferentemente do Oriente, onde há grandes rivalidade entre as sedes patriarcais (Constantinopla, Antioquia, Alexandria) e numerosas divisões, por causa de heresias e formações partidárias, o Ocidente conserva uma unidade substancial sob a liderança do papa" (MATOS, 2009, p. 124). Tanto que, "na ausência de um imperador romano do Ocidente, o Papa acabará assumindo um papel único não apenas no plano religioso, mas também em questões políticas da cristandade" (MATOS, 2009, p. 124).

É nesse contexto de conflitos políticos e teológicos, reorganização social e eclesial, que se inserem os Santos Padres, sua ação pastoral e reflexão social à luz da fé. Os Padres "não falaram de nosso tema em teoria, nem em abstrato, nem de memória... Tem conaturalidade com a dor do pobre e com a insolência do rico... É importante notar que a reflexão teológica brota a partir dessa experiência" (FAUS, 1996, p. 37). Foram pastores atentos à realidade de seu tempo, por isso muito nos ensinam sobre olhar a partir da fé nossa realidade hoje.

2.2 A reflexão social dos Padres Gregos

Segundo Gonzáles Faus, quatro teses norteiam a reflexão social dos Padres Gregos: 1) os homens não são donos, mas administradores dos bens que são de Deus; 2) a miséria dos pobres não é vontade de Deus; 3) os pobres encarnam a presença de Jesus; 4) o cristão não deve ser definido tanto pela racionalidade, mas muito mais pela solidariedade (Cf. FAUS, 1996, p. 36). Além disso, ele fala do caráter sapiencial da reflexão dos Padres, tanto que afirma que "talvez haja neles mais alusões às passagens sapienciais da Bíblia que às 'proféticas'. Mais que forçar ou atacar, os Padres pretendem convencer" (FAUS, 1996, p. 38). Nesse ensinamento sapiencial, o rico é apresentado como alguém viciado em possuir sempre mais; essa posse é supérflua; esse rico muitas vezes se apega a uma falsa piedade e é cercado por adulação, mas não verdadeira amizade (Cf. FAUS, 1996, p. 39-40).

Nesse contexto, eles expressam que “as riquezas, como todas as criaturas de Deus, são boas em si mesmas e de acordo com o seu destino natural (comunitário)” (FAUS, 1996, p. 40). Contudo, “a riqueza particular é má... Precisamente por isso, o rico é sempre um suspeito: pois, se é rico, é sinal de que não repartiu, que é o que teria que ter feito” (FAUS, 1996, p. 43). Justamente dessa perspectiva, “se deduz o segundo princípio que encontramos em nossos textos: a obrigação da esmola não é um dever de caridade, mas de estrita justiça, quase tanto como a obrigação de não reter o roubado” (FAUS, 1996, p. 43). Por fim, “é normal que a relação entre os ricos e os ministros da Igreja seja conflitiva” (FAUS, 1996, p. 44), afinal, para serem fiéis ao Evangelho, os Padres tomam uma clara posição em favor dos pobres e por isso entram em conflito com os que negligenciam os pobres e os fazem sofrer.

Passemos então para as principais questões na reflexão social dos Padres Gregos. A começar pela ideia de que os bens são para o uso de todos, pois ninguém é legítimo dono dos bens desse mundo, o verdadeiro dono é Deus e nós somos meros administradores: “És servidor da bondade de Deus, administrador dos teus companheiros de servidão. Não creias que tudo seja destinado a teu ventre. Considera os bens que estão nas tuas mãos como coisa de outros” (BASÍLIO, 1998, p. 27). Daqui decorre que acumular é tido como roubo, pois os bens são para servir a todos, não para serem concentrados nas mãos de alguns.

Quem espolia alguém que está vestido é tido como ladrão; e quem, podendo fazê-lo, não reveste quem está nu merecerá outro nome? O pão que tu reténs pertence ao faminto, o manto que guardas no armário é de quem está nu; os sapatos que apodrecem em tua casa pertencem ao descalço; o dinheiro que tens enterrado é do necessitado. Porque tantos são aqueles aos quais fazes injustiças, quantos aqueles que poderias socorrer (BASÍLIO, 1998, p. 36).

E nesse desprender-se dos bens e socorrer os pobres consiste o verdadeiro amor cristão, pois “quem ama o próximo como a si mesmo, não possui nada mais que o seu próximo. Mas tu possuis muitas riquezas: donde, pois, elas te vêm? Do fato de teres preferido gozar tu sozinho delas em vez de socorrer com elas a muitos” (BASÍLIO, 1996, p. 16). O amor é concreto e está profundamente ligado a solidariedade. Por isso, alertam: “Eis rico? Buscará a maneira de desprender-se de sua riqueza, dará ao necessitado parte dos seus bens, como administrador que eis do que é alheio” (GREGÓRIO NAZIANZENO, 1967a, p. 248). O egoísmo é, portanto, algo que fere radicalmente a fé.

Quando ouço dizer “este campo é meu” ou “esta casa é minha”, só posso admirar como se apropriam do que não lhes pertence, valendo-se de três letras enganosas e de uma sílaba vã: meu... Nós somos de Deus, que é o verdadeiro e supremo proprietário, e nós não passamos de administradores e gerentes de seus bens (ASTÉRIO DE AMASÉIA, 1996, p. 34).

Essa compreensão também é consequência de um princípio cristão básico: que todos somos irmãos. O sentido da filiação divina é levado a sério: “Não penseis que tudo é vosso. Que haja também uma parte para os pobres e amigos de

Deus. Pois a verdade é que tudo é de Deus, Pai Universal. E nós somos irmãos de uma mesma linhagem. E os irmãos devem entrar por partes iguais na herança, se queremos ser justos” (GREGÓRIO DE NISSA, 1996, p. 23). Se o mundo é de Deus e somos todos seus filhos, é injusto e pecaminoso que uns fiquem com tudo para si e outros filhos sem nada.

Isso não significa que é proibido possuir ou que precisamos ficar na miséria para socorrer os outros. Trata-se de usar o que é necessário para viver bem e partilhar o supérfluo com quem precisa. “Se cada um tirasse para si o que lhe é necessário e entregasse ao indigente o que sobra, ninguém seria rico, ninguém pobre” (BASÍLIO, 1998, p. 36). Mas nós nos damos ao luxo e esbanjamos enquanto nossos irmãos sofrem.

Como nos entregamos ao prazer entre as calamidades de nossos irmãos? Deus me livre de ser eu rico enquanto eles estão na indigência, nem de gozar de saúde robusta se não trato de curar as chagas deles, nem de ter comida de sobra, vestir-me bem e descansar debaixo de um teto, se não lhes alcanço um pedaço de pão e lhe dou, segundo minhas forças, parte da minha roupa e não lhes acolho debaixo do meu teto (GREGÓRIO NAZIANZENO, 1967b, p. 231).

Por isso, é tão desconcertante a crítica feita ao luxo: “Mas o diabo se deu a boas manhas em sugerir aos ricos infinitos pretextos para gastar: de modo que se busca o inútil como necessário, e nada lhes basta para suas necessidades imaginárias. Realmente, não posso deixar de admirar tanta invenção de coisas inúteis” (BASÍLIO, 1996, p. 17). Eles nos fazem questionamentos realmente constrangedores: “Permitiremos que eles se pasmem de frio com seus trapos de pelos feitos pedaços (e queira Deus que não lhes faltem também esses trapos) e nós nos presentearmos com vestidos macios e leves e com finos tecidos de linho e seda?” (GREGÓRIO NAZIANZENO, 1967b, p. 229). Há, pois, o interesse de nos abrir os olhos para o fato de que “enquanto há todos esses luxos dentro da casa, aí estão à porta estendidos mil Lázaros... Mas gritam e não se os houve, pois o impede o som da orquestra e dos coros de cantos espontâneos e o estrepito das gargalhadas” (GREGÓRIO DE NISSA, 1996, p. 23). Quantos cristãos vivem em festas suntuosas, banquetes caros, roupas de marca, carros importados, mansões e viagens, e tantos irmãos nem o mínimo para viver. Isso é sim responsabilidade nossa, isso é sim desafio de fé. Afinal, “não há culto melhor que se possa tributar a Deus que o da misericórdia” (GREGÓRIO NAZIANZENO, 1967b, p. 225).

Alguns Padres realizaram uma crítica a riqueza e a acumulação que poucos teólogos hoje, mesmo o que mais se envolvem com a luta dos pobres, ousam fazer. “Assim como não é possível viver entre deleites se não se acumulou muito dinheiro, do mesmo modo é impossível amontoar riquezas sem pecado” (ASTÉRIO DE AMASÉIA, 1967, p. 254-255). Isso porque “o princípio e a raiz é sempre forçosamente a injustiça. Por quê? Porque no princípio Deus não fez rico a um e pobre a outro, nem tomou a um e lhe deu grandes jazidas de ouro, privando o outro desse achado. Não senhor. Deus pôs diante de todos a mesma terra” (JOÃO CRISÓSTOMO, 1996b, p. 30). Isso parece difícil de aceitar, porque é uma

denúncia radical. Tudo bem criticar ricos exploradores, mas e a riqueza adquirida de forma justa? Mas será que existe riqueza justa? Quando se entende riqueza como bens da criação, ela é boa como toda a obra de Deus; mas no sentido comum de acúmulo, independente da origem, é sempre injusta.

Isso está claro, pois “para adquirir tudo isso, que iniquidades não se cometem com os pobres, a quantos órfãos se esbofeteia, quantas viúvas não hão de chorar longamente!” (ASTÉRIO DE AMASÉIA, 1967, p. 255). Olhando para as grandes construções, palácios, mansões, hotéis, restaurantes, podemos exclamar como São João Crisóstomo (1996c, p. 31): “com quantas lágrimas se edificou essa casa! Quantos órfãos não ficaram nus! Quantas viúvas não terão sofrido alguma iniquidade e quantos operários não terão sido estafados em seu trabalho diário”. Por traz da riqueza dos grandes, há sempre a exploração dos pequenos. Diante disso, esses atentos pastores iam em defesa dos explorados, pois tinham muito claro que estava em jogo o objetivo da vida cristã, a participação na vida divina, a própria salvação, pois “os pobres são os dispenseiros dos bens que esperamos, os porteiros do reino dos céus, os que o abrem aos bons e o fecham aos maus e desumanos. Eles são por sua vez, duros acusadores e excelentes defensores” (GREGÓRIO DE NISSA, 1996, p. 23).

Isso não quer dizer que os pobres são necessariamente santos ou mais justos que muitos ricos. Alguns podem ser tão pecadores quanto. Mas o que marca a predileção divina é seu sofrimento e sua necessidade. Por isso, não se pode ajudar o pobre por seus méritos ou sua moral. “O mérito do pobre é unicamente sua indigência. Todo que com ela se apresentar, não temos que perguntar mais. Não damos esmola ao costume, sim ao homem. Não temos compaixão por sua virtude, mas por sua calamidade” (JOÃO CRISÓSTOMO, 1967b, p. 329).

Mas não pensemos que essas críticas eram apenas para os cristãos em geral. Eram dirigidas também aos ministros da Igreja: “Aquilo do Senhor: ‘vende o que tens e dá aos pobres, e vem e segue-me’, também seria oportuno dizê-lo aos prelados da Igreja. Porque não há outra maneira de seguir como se deve ao Senhor, se não desprendendo-nos de toda preocupação material e grosseira” (JOÃO CRISÓSTOMO, 1967a, p. 446). Essa denúncia se estende ao luxo e pompa das Igrejas que cresciam tanto nos séculos IV e V com a aproximação sempre maior do Império. Por isso, alerta São João Crisóstomo (1996a, p. 32-33):

Se quiserdes honrar deveras o corpo de Cristo, não consentais que esteja nu. Não o honreis aqui com vestes de seda, enquanto que fora o deixares perecer de frio e nudez. Porque o mesmo que diz ‘este é meu corpo’, é quem disse ‘me vistes faminto e não me destes de comer’. E sua palavra fundamenta nossa fé... O sacramento não precisa de preciosas toalhas, mas de almas puras. Ao invés, os pobres sim, que requerem muito cuidado. Aprendamos, pois, a pensar com discernimento e a honrar a Cristo como ele quer ser honrado... Assim, pois, dá ao Senhor a honra que ele mesmo quer, empregando tuas riquezas nos pobres. Porque Deus não tem necessidade de vasos de ouro, mas de almas de ouro.

Essa crítica, será reproduzida, como veremos a frente, por Santo Ambrósio. Costumamos ouvir a frase “para Deus o melhor”, isso para justificar o ouro e

luxo das Igrejas. O que São João Crisóstomo quer mostrar é que o melhor para Deus não é ouro nem prata, mas a vida dos pobres. Devemos aprender a honrar Deus como ele quer ser honrado, na vida digna de seus filhos. Vejamos como os Padres Latinos seguem e complementam essas reflexões.

2.3 A reflexão social dos Padres Latinos

Gonzáles Faus faz uma recordação importante quanto aos Padres Latinos:

É dado bastante conhecido que – pelo menos como matiz global – a Igreja oriental foi mais teórica e mais teológica, ao passo que a Igreja ocidental foi mais prática e mais jurídica... Talvez falte aos latinos a garra teológica e a profunda experiência crente com que abordaram o tema os seus colegas gregos. Mas, em contrapartida, podemos encontrar normas bem precisas da vida espiritual e informações bem concretas sobre a realidade de suas igrejas nesse ponto (FAUS, 1996, p. 47).

Nesse sentido, ele segue explicando que “no especificamente teológico... Os latinos não acrescentam nada aos gregos, de quem são fiéis discípulos. Mas neles se nota mais preocupação pelo modo de ‘concretizar’ esses princípios perante as resistências de uma ‘vida real’ que parece contrária a eles” (Cf. FAUS, 1996, p. 49). Sendo assim, é possível sintetizar alguns pontos em que os Padres latinos se assemelham muito aos gregos: 1) o destino comum dos bens e sua distribuição; 2) caráter injusto da riqueza acumulada e, por consequência, 3) a injustiça que é reter o supérfluo; 4) dignidade do pobre; 5) a miséria do pobre não é vontade de Deus (Cf. FAUS, 1996, p. 70-71). Mas além da comunhão dos Padres Latinos com os Gregos nesse ponto, eles trazem contribuições próprias. “A esses cinco pontos de coincidência, costumam acrescentar os latinos dupla matiz que pode brotar dos traços assinalados a eles em nossa introdução: a atenção ao prático, e a descrição da experiência espiritual” (Cf. FAUS, 1996, p. 71). Vejamos, assim, como os Padres Latinos abordam as questões tratadas também pelos Padres Gregos, mas a partir do seu jeito próprio, mais concreto e explicitando mais sua experiência espiritual. Começamos pela compreensão que os bens são para uso do bem comum:

Isso é tornar-se verdadeiramente filho de Deus por um nascimento espiritual. Isso é imitar, segundo a lei celeste, a equidade de Deus Pai. Com efeito, tudo que é de Deus é para nosso uso comum, ninguém é excluído dos seus dons e benefícios, mas todo o gênero humano goza igualmente da bondade e da generosidade divinas. O proprietário que, seguindo o exemplo da equidade, reparte fraternalmente na terra os seus lucros e rendas, ao mesmo tempo que é justo e comunicativo nas distribuições gratuitas, torna-se um imitador de Deus Pai (CIPRIANO DE CARTAGO, 2016, p. 270-271).

Ser filho de Deus é repartir, é entender que tudo é de Deus e o que é de Deus é para todos os seus filhos. Desse princípio, se entende que o sentido de possuir é saber usar corretamente os bens, ou seja, coloca-los a serviço do bem

comum. “O ouro e a prata pertencem só aquele que sabe usá-los. Inclusive, entre os próprios homens se diz que alguém é digno de possuir algo quando o usa bem. E quem não usa justamente, não possui legitimamente” (AGOSTINHO, 1996, p. 63). E quantos são os que só acumulam, não sabem o que fazer com tanto, nem usam devidamente. Basta pensar, por exemplo, em tantos latifúndios improdutivos no Brasil e tantas famílias sem terra para plantar. “O mundo foi criado para todos, e uns poucos ricos pretendeis reservar-vo-lo. E já não é só a propriedade de terra: até o próprio céu, o ar e o mar reclamam para o seu uso uns poucos ricos...” (AMBRÓSIO, 1996a, p. 57).

Por essa razão, os Padres Latinos também entendem que devemos ter apenas o que é necessário para viver bem, partilhando o supérfluo com quem precisa. “Se tens coisas supérfluas, reparte-as com os pobres e enxugarás assim os pés do Senhor, pois os cabelos parecem ser o supérfluo do corpo. Tens em que empregar teus bens supérfluos: são necessários aos pés do Senhor” (AGOSTINHO, 1967, p. 779). Se percebe a profunda compreensão de fé que eles tinham, pois servir os pobres é enxugar os pés do Senhor, é servir ao próprio Jesus. Afinal, “não há, com efeito, oferenda mais preciosa a Deus que a boa vontade. E a vontade boa é sentir as adversidades do outro como nossas, alegrando-se da prosperidade do próximo como do nosso progresso... Que holocausto mais pleno que este...?” (GREGÓRIO MAGNO, 1967, p. 918). Desse modo, nossas orações precisam nos levar a sermos mais solidários, pois “quem ora não venha a Deus com preces estéreis e despidas... Diz o Senhor ouvir e proteger os que rompem do seu coração as cadeias da injustiça e fazem esmolas aos domésticos de Deus segundo o preceito e promete estar ao seu lado” (CIPRIANO DE CARTAGO, 2016, p. 198.199). Por isso, ao modo dos profetas de Israel, é denunciada a religiosidade hipócrita dos ricos, que rezam e não cuidam dos pobres ou usam da fé para explorar.

Como a Escritura descreve bem os modos de agir dos ricos! Entristecem-se se não podem roubar o alheio, deixam de comer e jejuam, mas não para reparar seus pecados, mas para preparar suas malféitorias. E talvez os veja vir para a Igreja como praticantes, humildes, assíduos, para conseguir que tenham êxito seus delitos (AMBRÓSIO, 1996a, p. 58).

E assim como em vários Padres Gregos, há nos Latinos também uma pesada crítica ao luxo e à ostentação. “Há alguns que não creem que é pecado o luxo dos vestidos preciosos e de grande valor. Se não constituísse pecado, de nenhuma maneira a Palavra de Deus expressaria tão detalhadamente que o rico atormentado nos infernos se vestia de linho e púrpura” (GREGÓRIO MAGNO, 1967, p. 922). Contudo, os ricos não aceitam isso. Por isso escutam palavras duras como essas: “vós nem usais vossas riquezas nem as deixais usar os outros. Tirais o ouro das veias dos metais, mas os escondes. E quantas vidas encerrais com esse ouro” (AMBRÓSIO, 1996a, p. 57); e mais: “desnudais os homens e re-vestis vossas paredes. Geme a tua porta o pobre desnudo, e nem te dignas olhar para ele, preocupado só com os mármorees com que vais cobrir teus pavimentos. Pede-te pão o pobre e não o obtém, ao passo que teus cavalos mordem o ouro

sob seus dentes” (AMBRÓSIO, 1996a, p. 58). Eles denunciam que o luxo do rico é tirado da exploração dos pobres, desnudam os homens e vestem as paredes.

Por isso, enxergam a riqueza, a acumulação como um pecado gravíssimo que pode custar a salvação: “Por que sozinho te dedicas às tuas riquezas? Por que aumentas, para teu castigo, o peso do [teu] patrimônio, de modo que, quanto mais rico fores para o mundo, tanto mais pobre te tornarás para Deus” (CIPRIANO DE CARTAGO, 2016, p. 259). E mais:

Com razão fala o evangelho de riquezas ‘injustas’, pois todas as riquezas não têm outra origem que a injustiça, e não se pode alguém se assenhorar delas a não ser que outro as perca ou se arruíne. Pelo que, me parece muito exato o refrão popular que diz: os ricos o são por sua própria injustiça ou por heranças de bens injustamente adquiridos (JERÔNIMO, 1996, p. 54).

Mas e os ricos bons? Inclusive alguns personagens bíblicos? Eles não entraram no Reino dos Céus? Era um questionamento que os Padres se faziam. São Jerônimo então responde: “Deve-se imaginar que havia deixado de ser ricos no tempo em que entraram. Tanto tempo estiveram sem entrar quanto foram ricos” (JERÔNIMO, 1967, p. 738). O Reino de Deus é dos Pobres (Cf. Mt 5,3; Lc 6,20) e para entrar nele é preciso se fazer pobre, deixar o acúmulo e partilhar. Pois é mais fácil um camelo passar pelo buraco da agulha que um rico entrar no Reino (Cf. Mc 10,25; Mt 19,24; Lc 18,25). E podem querer diminuir o camelo ou aumentar o buraco agulha, mas não passa! Isso porque “talvez o que adquiriste, tu o obtiveste por meio da iniquidade; pode ser também que a iniquidade consista em que possuas e outro não, tenhas em abundância, enquanto outro passa necessidade” (AGOSTINHO, 1997, p. 839-840). A injustiça pode estar simplesmente em abundar em bens enquanto outro nada tem.

E para servir os pobres, se insiste na ideia já presente entre os Padres Gregos de que a ajuda ao necessitado independe de sua moral, se é uma pessoa santa ou pecadora. “Quem dá do seu pão a um pecador indigente, não porque é um pecador, mas porque é um ser humano, na verdade não nutre um pecador, mas um justo que é pobre, porque nele, não ama o pecado, mas a sua natureza humana” (GREGÓRIO MAGNO, 2010, p. 171). Precisamos partilhar porque o pobre é humano, é filho de Deus, independente de seus méritos. Afinal, “é próprio da misericórdia não considerar os méritos, mas ajudar nas necessidades; socorrer o pobre e não examinar sua justiça” (AMBRÓSIO, 1996a, p. 57-58).

Até porque, como podemos perceber pelas denúncias proféticas dos Santos Padres, são os ricos que comentem os pecados mais graves. Os pobres trabalham tanto para enriquecer os grandes e eles só recebem exploração. “São os pobres que escavam o ouro, a quem depois é negado. Passam fadigas para buscar e descobrir o que depois nunca poderão possuir” (AMBRÓSIO, 1967a, p. 678). Santo Ambrósio fala, inclusive, de uma experiência dolorosa pela qual passou: “vi como um pobre era detido para o obrigar a pagar o que não tinha; vi como o encarceraram porque tinha faltado o vinho na mesa do poderoso; vi como punha em leilão seus filhos para diferir o momento da pena” (1996a, p.

57). Diante desse tipo de injustiça, ele é incisivo ao ordenar aos ricos que paguem o salário dos empregados: “não lhe defraudes a jornada devida do seu trabalho, pois tu também eis assalariado de Cristo, quem te deu trabalho em sua vinha e te tem preparado um salário nos céus... É um homicídio negar a um homem o salário que lhe é necessário para sua vida” (AMBRÓSIO, 1967b, p. 685). E como são homicidas, assassinos tantos padrões que negam o justo salário a seus funcionários.

Mas estes certamente são bem “religiosos”. Muitos gastam até “em edificar Igrejas e revestir seus muros de baixos-relevos de mármore, levantam colunas imensas e decoram seus capitéis com adornos preciosos, enriquecem as portas com prata e marfim e fazem que em seus altares brilhem o ouro e as pedras preciosas” (JERÔNIMO, 1967, p. 731). São Jerônimo escreve a esses ricos: “A ti se propõe outros caminhos: vestir a Cristo nos pobres, visitar os enfermos, dá de comer aos que tem fome, acolher em tua casa os que carecem de lugar...” (1967, p. 731). Sobre esse ponto, Santo Ambrósio escreveu algo semelhante a São João Crisóstomo sobre a riqueza da Igreja e qual a verdadeira forma de honrar a Jesus. Concluímos com suas palavras nossa breve exposição sobre a reflexão social nos Padres da Igreja:

Aquele que enviou sem ouro os apóstolos (cf. Mt 10,9) fundou também a Igreja sem ouro. A Igreja possui ouro não para tê-lo guardado, mas para distribuí-lo e socorrer aos necessitados. Pois, que necessidade existe de reservar o que, se se guarda, não é útil para nada?... Não é melhor que, se não há outros recursos, os sacerdotes fundam o ouro para o sustento dos pobres, a se apoderarem dele sacrilegamente os inimigos? Acaso nos dirá o Senhor: “Por que tendes tolerado que tantos pobres morressem de fome, quando possuís ouro para lhes buscar alimento? Por que tantos escravos foram vendidos e maltratados por seus inimigos sem que ninguém os tenha resgatado? Melhor teria sido conservar os tesouros vivos que os tesouros de metal!”. Esses argumentos são irrefutáveis. Pois, o que poderias objetar-me? Que temes que falte o adorno digno ao templo de Deus? O Senhor te contestará: “os mistérios da fé não requerem ouro, e o que não se pode comprar com ouro tão pouco se dignifica mais com ouro”. O ornato dos sacramentos é a redenção dos cativos (AMBRÓSIO, 1996b, p. 60).

Conclusão

Os Padres nos ensinam que os bens são para uso de todos, a riqueza acumulada é pecado e afasta de Deus, os pobres não são culpados de sua miséria, devemos partilhar o supérfluo, a Igreja também precisa viver a pobreza, deve denunciar a exploração dos pobres, pois o maior culto a Deus é o socorro de seus filhos sofredores, nossos irmãos. É verdade que existe “em seus ensinamentos a falta de referência a necessidade de reformas sociais de estrutura e a intervenção do Estado na vida econômica e social” (BRAVO, 1967, p. 34). Mas diante da organização social de seu tempo, não havia como elaborar de forma sistemática uma reflexão que tocasse na mudança das estruturas. O que não

significa que a reflexão dos Padres esteja fechada a tal mudança. Pelo contrário, muito nos inspira hoje para busca-la.

Em muitos aspectos, nós Igreja nos afastamos do Evangelho e nossa sociedade, apesar do nome "cristã", tem pouco do jeito de Cristo; por isso, mais do que nunca, precisamos voltar à Tradição para ser nessa sociedade "sal da terra e luz do mundo" (Cf. Mt 5,13-14). Para isso, os ensinamentos dos Santos Padres muito nos ajudam. Mostram que um ponto constitutivo e fundamental da Tradição é o cuidado com os pobres e sofredores, por isso, a volta ao coração da fé é sempre uma volta aos pobres, prediletos de Deus. Esquecemos que na tarde da vida, seremos julgados pelo que fizemos ou deixamos de fazer a Nosso Senhor nos pobres deste mundo (Cf. Mt 25,31-46). Voltemos à Tradição, voltemos aos pobres, voltemos ao Evangelho!

Referências

AGOSTINHO, Santo. *Comentário aos salmos (1-50)*. Trad. Monjas Benedictinas. São Paulo: Paulus, 1997.

AGOSTINHO, Santo. Sermão 50. In: FAUS, José Ignacio Gonzáles. *Vigários de Cristo: Os pobres na teologia e espiritualidade cristãs*. Trad. João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1996.

AGOSTINHO, Santo. Tratado 50. In: BRAVO, Restituto Sierra. *Doctrina social y económica de los Padres de la Iglesia: Colección general de documentos y textos*. Madrid: COMPI, 1967.

AMBRÓSIO, Santo. Libro de Nabuthe Jezrealita. In: BRAVO, Restituto Sierra. *Doctrina social y económica de los Padres de la Iglesia: Colección general de documentos y textos*. Madrid: COMPI, 1967a.

AMBRÓSIO, Santo. Livro de Nabot, o israelita. In: FAUS, José Ignacio Gonzáles. *Vigários de Cristo: Os pobres na teologia e espiritualidade cristãs*. Trad. João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1996a.

AMBRÓSIO, Santo. Libro de Tobias. In: BRAVO, Restituto Sierra. *Doctrina social y económica de los Padres de la Iglesia: Colección general de documentos y textos*. Madrid: COMPI, 1967b.

AMBRÓSIO, Santo. Sobre os deveres dos ministros da Igreja. In: FAUS, José Ignacio Gonzáles. *Vigários de Cristo: Os pobres na teologia e espiritualidade cristãs*. Trad. João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1996b.

ASTÉRIO DE AMASÉIA, Santo. Sobre o Rico e Lázaro. In: BRAVO, Restituto Sierra. *Doctrina social y económica de los Padres de la Iglesia: Colección general de documentos y textos*. Madrid: COMPI, 1967.

ASTÉRIO DE AMASÉIA, Santo. Homilia sobre a parábola do administrador infiel. In: FAUS, José Ignacio Gonzáles. *Vigários de Cristo: Os pobres na teologia e espiritualidade cristãs*. Trad. João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1996.

BASÍLIO, São. Homilia contra os ricos. In: FAUS, José Ignacio Gonzáles. *Vigários de Cristo: Os pobres na teologia e espiritualidade cristãs*. Trad. João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1996.

BASÍLIO, São. *Homilia sobre Lucas 12*. Trad. R. Frangiotti; Monjas Benedictinas. São Paulo: Paulus, 1998. (Coleção Patrística)

BRAVO, Restituto Sierra. *Doctrina social y económica de los Padres de la Iglesia: Colección general de documentos y textos*. Madrid: COMPI, 1967.

CIPRIANO DE CARTAGO, São. *Obras completas I*. Trad. Monjas Benedictinas; Antonio Marchionni. São Paulo: Paulus, 2016. (Coleção Patrística)

CONCÍLIO VATICANO II. Constituição Dei Verbum (DV) Sobre a Revelação. In: CONCÍLIO VATICANO II. *Vaticano II: Mensagens, Discursos, Documentos*. São Paulo: Paulinas, 2007. p. 345-358.

CONGAR, Yves. *La Tradición y las tradiciones Tomo I: Ensayo histórico*. Trad. Victor Bazterrica. San Sebastian: Ediciones Dinor, S. L., 1964a.

CONGAR, Yves. *La Tradición y las tradiciones Tomo II: Ensayo teológico*. Trad. Victor Bazterrica. San Sebastian: Ediciones Dinor, S. L., 1964b.

FAUS, José Ignacio Gonzáles. *Vigários de Cristo: Os pobres na teologia e espiritualidade cristãs*. Trad. João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1996.

GREGÓRIO DE NISSA, São. Homilia sobre o amor aos pobres. in: FAUS, José Ignacio Gonzáles. *Vigários de Cristo: Os pobres na teologia e espiritualidade cristãs*. Trad. João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1996.

GREGÓRIO NAZIANZENO, São. Conducta del rico y del pobre. In: BRAVO, Restituto Sierra. *Doctrina social y económica de los Padres de la Iglesia: Colección general de documentos y textos*. Madrid: COMPI, 1967a.

GREGÓRIO NAZIANZENO, São. Sobre el amor a los pobres. In: BRAVO, Restituto Sierra. *Doctrina social y económica de los Padres de la Iglesia: Colección general de documentos y textos*. Madrid: COMPI, 1967b.

GREGÓRIO MAGNO. *Regra Pastoral*. Trad. Sandra Pascoalato. São Paulo: Paulus, 2010. (Coleção Patrística)

GREGÓRIO MAGNO. Las cuarenta homilías sobre el Evangelio. In: BRAVO, Restituto Sierra. *Doctrina social y económica de los Padres de la Iglesia: Colección general de documentos y textos*. Madrid: COMPI, 1967.

JERÔNIMO, São. Carta a Demetriadés. In: BRAVO, Restituto Sierra. *Doctrina social y económica de los Padres de la Iglesia: Colección general de documentos y textos*. Madrid: COMPI, 1967.

JERÔNIMO, São. Carta a Hebídia. In: FAUS, José Ignacio Gonzáles. *Vigários de Cristo: Os pobres na teologia e espiritualidade cristãs*. Trad. João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1996.

JOÃO CRISÓSTOMO, São. Homilia 50 sobre são Mateus. In: FAUS, José Ignacio Gonzáles. *Vigários de Cristo: Os pobres na teologia e espiritualidade cristãs*. Trad. João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1996a.

JOÃO CRISÓSTOMO, São. *Homilía LXXXV*. In: BRAVO, Restituto Sierra. *Doctrina social y económica de los Padres de la Iglesia: Colección general de documentos y textos*. Madrid: COMPI, 1967a.

JOÃO CRISÓSTOMO, São. *Sobre 1Tm*. In: FAUS, José Ignacio Gonzáles. *Vigários de Cristo: Os pobres na teologia e espiritualidade cristãs*. Trad. João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1996b.

JOÃO CRISÓSTOMO, São. *Sobre Lázaro*. In: BRAVO, Restituto Sierra. *Doctrina social y económica de los Padres de la Iglesia: Colección general de documentos y textos*. Madrid: COMPI, 1967b.

JOÃO CRISÓSTOMO, São. *Sobre o homem que se fez rico*. In: FAUS, José Ignacio Gonzáles. *Vigários de Cristo: Os pobres na teologia e espiritualidade cristãs*. Trad. João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1996c.

LATOURELLE, René. *Teologia da Revelação*. Trad. Flávio C. de Castro. 4ª Ed. São Paulo: Paulinas, 1973.

LIÉBAERT, Jacques. *Os Padres da Igreja Vol. I: Séculos I – IV*. Trad. Nadyr de Salles Penteadó. 3ª Ed. São Paulo: Loyola, 2013.

MATOS, Henrique Cristiano José. *Introdução à História da Igreja Vol. I*. 6ª Ed. Belo Horizonte: O Lutador, 2009.

SPANNEUT, Michel. *Os Padres da Igreja Vol. II: Séculos IV – VIII*. Trad. João Paixão Netto. São Paulo: Loyola, 2002.